UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PONTA PORÃ
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

KARIELIE BENITES

CONEXÕES ENTRE OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A REALIDADE INDIGENA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ALDEIA AMAMBAI

PONTA PORÃ
2023

KARIELIE BENITES

CONEXÕES ENTRE OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A REALIDADE INDIGENA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ALDEIA AMAMBAI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas, da Unidade Universitária de Ponta Porã, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como parte dos requisitos para conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas.

Orientadora Profa. Dra. Eliana Lamberti

PONTA PORÃ

2023

KARIELIE BENITES

CONEXÕES ENTRE OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A REALIDADE INDIGENA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ALDEIA AMAMBAI

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Cientifico) apresentado e aprovado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Ponta Porã.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Eliana Lamberti – presidente
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Giovane Silveira da Silveira
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Jonattan Rodriguez Castelli
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

B415c Benites, Karielie

Conexões entre os objetivos do desenvolvimento sustentável e a realidade indigena: algumas considerações sobre a Aldeia Amambai / Karielie Benites. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2023.
32 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Ciências Econômicas - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), 2023.

Orientadora: Profª Drª Eliana Lamberti

1. Desenvolvimento sustentável 2. Realidade indígena - Amambai/MS 3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030). I. Lamberti, Eliana. II. Título.

CDD 23 ed. 363.7098171

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Aline Perdomo Soutelo, inscrita sob o CRB Provisório n° 714 - 1ª Região.

Ficha Catalográfica

CONEXÕES ENTRE OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A REALIDADE INDIGENA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ALDEIA AMAMBAI

Karielie Benites
Eliana Lamberti

Resumo: A justificativa e relevância da presente pesquisa assentam-se na contribuição e desafios advindos de uma realidade muito especifica (leia-se Aldeia Amambai) que pode proporcionar ensinamentos e "emprestar" a sua filosofia intimamente ligada ao meio ambiente para a promoção do desenvolvimento sustentável à luz dos ODS 2030. O objetivo geral foi discutir a convergência entre as premissas do desenvolvimento sustentável e a lógica produtiva das comunidades indígenas. De modo especifico, objetivou-se: estudar a perspectiva do desenvolvimento sustentável proposto nos ODS 2030 e sua conexão com as premissas da economia indigena; analisar a realidade da comunidade indígena da Aldeia Amambai e os desafios para a sua sustentabilidade. A metodologia é qualitativa com revisão bibliográfica, identificação de dados junto a fontes secundárias e documentos governamentais. A pesquisa exploratória e de observação caracterizou-se como participante descritiva, focalizada e seletiva. As discussões e considerações finais convergem para os novos e antigos desafios impostos à essas comunidades tendo em vista a lógica extrativista e latifundiária do agronegócio em Mato Grosso do Sul. Conclui se que ainda faltam dados específicos e relatórios analíticos capazes de descrever qualitativamente a realidade dessa comunidade. E ainda, a Aldeia Amambai, MS em vários aspectos, ainda sofre com problemas de escassez, seja relação à renda digna, água e saneamento básico, energia elétrica, educação. A recorrente fragilização das instituições e recursos provocam retrocessos e penalidades sociais que são potencializadas junto a esta comunidade indigena, historicamente marginalizada e excluída.

Palavras-chaves: desenvolvimento sustentável; realidade indígena; ODS 2030.

1. Introdução

Estudar a temática do desenvolvimento no atual contexto do século XXI e não abordar as possíveis perspectivas da sustentabilidade é ignorar a complexidade que a temática pressupõe. No mesmo sentido, pensar em propostas de desenvolvimento para o estado de Mato Grosso do Sul que não contemplem de forma profunda a realidade das comunidades indígenas é não garantir a sustentabilidade de qualquer que seja a proposta de desenvolvimento.

Portanto, a discente pesquisadora é integrante da comunidade indígena da Aldeia Amambai (localizada no município de mesmo nome[1]) que possui uma população de aproximadamente 10 mil habitantes distribuída em 2.381 hectares. A terra Indígena (T.I) de Amambai é ocupada pela etnia Guarani-Kaiowá, que nesse espaço busca oportunidades para demonstrar que eles têm uma proposta alternativa de desenvolvimento sustentável por meio da prática da agricultura, dos artesanatos e do cuidado e respeito para com a natureza.

Ademais, a Aldeia Amambai tem sido inspiração para pesquisas no âmbito da

[1] No município de Amambai existem 04 (quatro) aldeias indígenas. Além da Aldeia Amambai I e II, a Aldeia Jaguari e a Aldeia Limão Verde abrigam comunidades da etnia Kaiowá que correspondem a menos de 30% de todo o contingente populacional indigena do município.

Unidade Universitária de Ponta Porã (UUPP) tanto em nível de graduação como de pós graduação[2] decorrente da potencialidade e diversidade de abordagens e projetos (não somente de pesquisa, mas de ensino e extensão) que tem se mostrado viáveis e importantes para o desenvolvimento regional. Dessa forma, a justificativa e relevância da presente pesquisa assentou-se na contribuição e desafios advindos de uma realidade muito especifica (que vamos denominar de economia indígena) que pode proporcionar ensinamentos e "emprestar" a sua filosofia intimamente ligada ao meio ambiente para a promoção do desenvolvimento sustentável à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030.

Dessa forma, o objetivo geral proposto foi discutir a convergência entre as premissas do desenvolvimento sustentável e as comunidades indígenas. De modo especifico, objetivou-se: estudar a perspectiva do desenvolvimento sustentável proposto nos ODS 2030 e sua conexão com as premissas da economia indígena; analisar a realidade da comunidade indígena da Aldeia Amambai e os desafios para a sua sustentabilidade.

Para contemplar tais objetivos, a metodologia percorrida classifica-se enquanto qualitativa e pressupôs revisão bibliográfica, identificação de dados junto às fontes secundárias e documentos governamentais. A abordagem empírica correspondeu à estratégia de observação participante (ao longo do período de 2021 a 2023[3]) uma vez que a pesquisadora autora deste texto é integrante da Aldeia Amambai. Foram realizados registros fotográficos para fins de ilustrar alguns aspectos da cultura indigena. A observação participante integra o rol de possibilidades de pesquisa qualitativa. De acordo com Flick (2009), este método requer a observância as três fases do processo, a saber: observação descritiva (geral), a observação focalizada (que se concentra aos problemas essenciais da pesquisa) e a observação seletiva (que enfatiza a coleta de dados, indícios e exemplos).

Desta forma, as próximas páginas estão organizadas na sequencia em que os objetivos foram contemplados.

---

[2] O PPGDRS conta, até o ano de 2023, com dois mestrandos indígenas dessa mesma Aldeia.

[3] Este texto é resultado de projetos de Iniciação Cientifica contemplados com Bolsa do Programa Institucional de Iniciação Cientifica (Pibic/UEMS) e construídos ao longo do período de 2021-2022, 2022-2023. A primeira proposta de pesquisa teve seus resultados publicados em revista cientifica vinculada à publicações de graduação e está disponível em: https://ceeinter.com.br/ojs3/index.php/revistadeiniciacaocientifica/article/view/369/534.

2. As perspectivas do desenvolvimento sustentável: dos ODS 2030 e da *natureza* indígena

O futuro de cada a sociedade não deve estar só na imaginação que circula no cérebro de pessoas, mas pode ser construído em realidade a partir dos pensamentos de cada indivíduo e também a partir da educação. Há um componente psíquico e ético para fins da sustentabilidade. Sobre a Agenda 2030, os autores Quinelli e Okado (2016, p. 112) destacam que

> "Trata-se, na verdade, da renovação ou ampliação de compromisso de outrora assumidos, e ainda inconclusos, sob uma nova indumentária semântica, agora intitulada agenda 2030. Ela é, portanto, uma agenda para o futuro e, como tal, convém investigar se os ODS estão relacionados com eventos que tendem a ocorrer nos próximos quinzes anos." (p.112).

A Agenda e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030 tem 17 objetivos para que os países possam atingir até o determinado ano o almejado desenvolvimento sustentável. Os 17 (dezessete) objetivos devem ser alcançados pelos países que são signatários dessa proposta para gerar o desenvolvimento sustentável até em 2030, e estão vinculadas metas (quadro 1) e indicadores.

Quadro 1. Objetivos e metas do Desenvolvimento Sustentável

ODS	Meta
1. Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2. Fome Zero e Agricultura Sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
3. Saúde e Bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
4. Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
5. Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6. Água Potável e Saneamento	Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos
7. Energia Acessível e Limpa	Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos
8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação
10.Redução das Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12. Consumo e Produção Sustentáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13. Ação Contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

14. Vida na Água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15. Vida Terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o Desenvolvi demento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17. Parcerias e Meios de Implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em IPEA (2019)

Portanto, os países devem se responsabilizar para contemplar cada uma dessas metas e que devem resultar em melhoria para a sociedade, do ambiente e do mundo de forma coletiva. A proposta dos ODS, aparentemente, não parece indicar novidades ou abordagens inovadoras. E esta é sua contribuição: destacar pressupostos básicos da sustentabilidade da vida. Não há desenvolvimento na perspectiva sustentável, sem educação de qualidade, saúde (incluindo alimentação, água, energia) e bem-estar, superação de problemas atinentes à questão de gênero e misoginia, trabalho decente, espaços urbanos organizados e despoluídos, dinâmica produtiva não poluente e cooperação internacional.

Os problemas sobre os quais os ODS lançam luz não são exclusivos das comunidades indígenas, mas são ainda mais perversos sobre estes grupos, que em geral, são confinados em porções territoriais em meio à voracidade da grande propriedade.

Diehl, Scopel e Scopel (2017, p. 02) destacam que "A falta de saneamento básico no Brasil (água tratada, coleta tratamento de esgotos e lixos) é fato notório e em terras indígenas o quadro é ainda mais grave." E ainda:

> "Na prática, até o momento, as famílias vivem em situação extremamente precária em relação ao uso da água para fins de higiene, limpeza e consumo humano. Além do risco de contrair doenças pela falta de água tratada, a ausência de água encanada implica em pesado trabalho, realizado por mulheres e crianças, de carregar em baldes água captada diretamente do rio. Apenas algumas famílias dispõem de pequenas bombas submersas para captação direta de água do rio. Esta água é utilizada para lavar e abastecer banheiros, porém elas ficam inoperantes em parte do ano durante o período de seca." (p.3)

O adjetivo sustentabilidade, para estas comunidades, tem um significado sistêmico e ancestral. Para Junior, Araújo, Pequeno, Souza, Calazans (2019, p. 576):

> "O termo sustentabilidade demanda sempre articulação de mais de um tema e geralmente baseia-se no tripé economia, meio-ambiente e sociedade. Por essa razão, exige abordagem que possa responder a múltiplos interesses no território, por vezes conflitantes. O território indígena, todavia, tradicionalmente se constitui lugar onde se desenvolvem atividades socioeconômicas e político culturais

> integradas à preservação do meio-ambiente."

De acordo com documentos do governo brasileiro (Brasil, 2015), a Organização das Nações Unidas (ONU) ressalta que os ODS representam uma oportunidade para eliminar a pobreza extrema em todas as suas formas e dimensões e colocar o mundo numa trajetória sustentável.

Belluzo (2018) destaca que o Brasil está entre os 193 membros da ONU que adotaram Agenda 2030 para cumprir os ODS. É preciso melhorar a educação, reduzir pobreza, reduzir a desigualdades e promover a pacificação da sociedade para que as metas sejam cumpridas. Existe também o lado positivo, uma vez que em alguns países, muitas pessoas já saíram da condição de extrema pobreza, e que o acesso à educação para aumentou consideravelmente. (BELLUZO, 2018).

No entanto, o desenvolvimento sustentável sempre será um objetivo a ser perseguido e, no horizonte do curto prazo, é o pilar para os países alcançarem a agenda 2030. As comunidades indígenas estão incluídas nessa perspectiva.

> [...]grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL,2007, p.20)

Em outras definições, o desenvolvimento sustentável trata das questões de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável, que deve promover a superação dos problemas sociais, econômicos e ambientais (Sachs, 2002). Sen (2016) menciona que o desenvolvimento deve ser utilizado como expansão dos direitos positivos que eliminam os problemas como a fome, pobreza, a falta da moradia digna, falta da educação, saúde e segurança[4].

Nas palavras de Brunet (2018, p. 183):

> "Assim, o desenvolvimento local sustentável não se confunde com a imitação de sistema produtivos externos á comunidade, pois é construído de acordo com as características e demandas locais. Por isso, precisa embasar-se nas formas de organização social e econômica das aldeias indígenas e nas atividades produtivas que já são praticadas pelo povo […]".

Silva (2007) menciona que a cultura e a tradição indígena estão relacionadas ao

[4] O diálogo entre a perspectiva filosófica da sustentabilidade e dos direitos foi tema do Trabalho de Conclusão de Curso de SILVA (2021).

meio ambiente, pois de acordo com as comunidades indígenas, eles sobrevivem com base no cultivo e na subsistência. A terra é utilizada para proporcionar a vida e o bem estar desses povos. Portanto, eles fazem a preservação de meio ambiente e com respeito aos ciclos climáticos para delimitar o melhor dia para plantar e cultivar.

> As economias indígenas sempre mostraram alto grau de sustentabilidade, em grande parte pela capacidade que têm de estabelecer relação integrada de vida, em que formas específicas da organização social, das relações de parentesco, dos rituais sociais e religiosos apresentam funções indispensáveis ao estabelecimento do equilíbrio. Este se dá não através do domínio da natureza, mas por meio da compreensão em relação a ela e do respeito, o que implica decifrar a sua linguagem, seu funcionamento, suas forças e seus mistérios, pois a sobrevivência humana depende da sua capacidade de cooperar, respeitar e integrar-se a esta natureza. (LUCIANO, 2006, p.190)

Soares (2018) afirma que o diálogo entre comunidades indígenas e agentes públicos auxiliou para que o desenvolvimento sustentável seja pensado da forma integral pelas políticas públicas. O desenvolvimento local deve ser construído de acordo com as características e demandas locais da comunidade indígena e não por meio da imitação de sistemas produtivos externo à comunidade. Portanto, o desenvolvimento local sustentável configura-se da fase lenta e gradual.

> Deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade (...)da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma de suas potencialidade e condição para a qualidade de vida da população local (BUARQUE,2008, p.181)

Devem ser mencionados alguns problemas das áreas indígenas como a falta de saneamento que gera outros problemas básicos de saúde, como a diarreia e desnutrição (BRASIL,2002). A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2010) afirma que até 2009, apenas 63% da população indígena tinha acesso a água tratada. Os agentes públicos reconhecem os problemas das comunidades indígenas, mas existe o suporte como o subsistema de atenção saúde indígena que busca a solução para essas dificuldades. A desnutrição ocorre por que muitas vezes as crianças indígenas pegam doenças como diarreia por falta de água tratada. A secretária Especial de Saúde Indígena (SESAI) é responsável por planejar e coordenar sobre os casos de saneamento básico das comunidades, e tem 34 Distrito Sanitários Especiais Indígenas (DSEIS). (BRASIL,2002).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009) menciona sobre a dificuldade da disponibilização de ações e serviços relacionados à sustentabilidade por causa do sistema de saúde que é dependente de insumos e equipamentos importados. Em relação

ao suporte financeiro que a comunidade indígena Guarani e Kaiowá e as demais etnias recebem do governo, é fato que esse auxílio ajuda muito para combater a desigualdade social que é um dos objetivos de ODS. A bolsa família, por exemplo, é um programa relevante no combate à desigualdade (IPEA,2009).

Existem pontos negativos e positivos mencionados sobre as questões do desenvolvimento sustentável para as comunidades indígenas, de uma forma geral. Deve-se abordar a importância que a terra tem para cada etnia indígena promover suas culturas tradicionais e manter recursos naturais para que haja a sobrevivência.

> Neste lugar planta-se principalmente a mandioca, milho, feijão, arroz, batata, inhame. Com exceção da mandioca, esses outros produtos são plantados no período chuvoso, já a mandioca é cultivada no fim do período da chuva e início da estiagem. Dessa forma, durante o "inverno" e na estiagem eles ficam abastecido de alimentos que complementam com carne bovina e de pequenas criações como galinha e porco, conforme observado em campo (SILVA,2023, p.96)

Silva (2023) afirma que os aspectos culturais são um assunto complexo e importante. Os membros das comunidades são sensíveis e diretamente afetados pelo contexto político-territorial e cultural que em nível local altera as atitudes políticas, religiosas, culinárias, o modo de plantar, de se locomover.

> O comum – incluso a terra, a água, o ar, dentre outros – não podem existir de forma independente da relação complexa ou continuum entre pessoas e animais. A atividade humana e sua produção e reprodução estão indissociáveis do comum. Reconstruir categorias da prática e conceituais do comum é importante para repensar essa relação com os territórios de vida, das fronteiras concretas que dividem (e dicotomiza) a natureza e a sociedade, o natural e o social, o material e o imaterial, o humano e o não humano, o público e o privado, que estão associadas a essa fratura colonial dos desastres ecológicos. (MONDARDO,2023, p.170)

Azevedo (2023) menciona que a comunidade tradicional considera as águas, a terra, os ventos, as fases da lua, mangues e lama como elementos sagrados.

> Além disso, as águas exercem o papel de referenciar o cotidiano, tanto através da especificidade do tempo das marés, como na luta pela garantia e preservação do território, suas identidades, direitos específicos e saberes ancestrais. (SACRAMENTO,2021, p.195)

Portanto, a essência da vida das comunidades indígenas está intimamente vinculada aos recursos naturais. A natureza indígena é sistêmica, sustentável e dialoga com os ODS. Contudo, é extremamente frágil.

3. A (in) sustentabilidade das comunidades indígenas e os desafios do século XXI

O exercício reflexivo proposto busca chamar a atenção para as dificuldades e potencialidades da realidade indígena. Ou seja, tornar a comunidade indigena visível e parte central no processo de uma nova perspectiva coletiva e ecológica[5]. Para tanto, é preciso destacar os desafios e problemas que se perpetuam ou se multiplicam no contexto deste século (marcado pelos avanços tecnológicos, revolução 4.0, inteligência artificial). Tanto em nível mundial (leia-se guerra da Ucrânia), quanto nacional e local, a disputa por território é uma questão atual e racial.

O território, para além de mero recurso físico, é fundamental para as comunidades indígenas. Em curso no Brasil está a discussão sobre o Marco Temporal. É uma tese jurídica construída jurisprudencialmente em que os povos indígenas têm direito a ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição do Brasil. Obviamente, os povos originários já existiam muito antes dessa Carta Magna.

Segundo Starck e Bragato (2019), o Marco temporal é um termo utilizado para validar o não reconhecimento do direito às terras tradicionais pelos povos indígenas nos Tribunais Federais. Caso essa tese seja aprovada[6], significará que povos inteiros poderão ser expulsos das terras que foram demarcadas depois da Constituição de 1988 e que devem se destinar para a instalação de agroindústrias e para a exploração de minerais, madeira, etc. Ou seja, para atividades produtivas cuja lógica não dialoga com os ODS.

Estes territórios são de suma importância para os povos originários viverem, cuidar e proteger a natureza, produzir sua agricultura e artesanato de forma sustentável contribuindo para os objetivos da ODS. Essas culturas tradicionais precisam ser consideradas dentro da economia "tradicional" por que na categoria do território indígena há grande biodiversidade de recursos naturais que é relevante para serem alcançados os ODS até 2030.

No entanto, existe uma guerra política entre proprietários de terra e indígenas. De um lado, estão os povos indígenas que se articulam formando suas redes com pesquisadores da temática, Conselho Indigenista Missionário, Ministério Público Federal, Funai. Do outro,

---

[5] Como o Equador e a Bolívia estão tentando fazer por meio da filosofia do *Buen Vivir*. Sobre este tema, sugere-se a leitura de Acosta (2016).

[6] O Superior Tribunal Federal (STF) votou contra o marco. Contudo, as casas legislativas (Senado e Congresso Nacional) estão rediscutindo e encaminhando outro entendimento. https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/27/marco-temporal-e-aprovado-em-comissao-do-senado-mas-stf-tem-entendimento-diferente-veja-o-que-pode-acontecer.ghtml

os fazendeiros se reorganizam para conter e desarticular o movimento de luta e resistência Guarani-Kaiowá com entidades aliadas como os Centros de Tradições Gaúchas, associações, sindicatos patronais, políticos, igrejas, dentre outros, que demonstram toda a complexidade e amplitude da situação (MONDARDO, 2023). Esse conflito entre os povos originários e fazendeiros acontece de forma continua e que ainda não foi solucionado por causa de um assunto muito complicado e extenso para se resolver.

Alguns dados confirmam os vários problemas que os povos indígenas enfrentam.

> Eles representam 15% dos pobres do globo e um terço dos 900 milhões de pessoas que vivem na extrema pobreza. Os povos indígenas também têm piores índices sociais que o restante da população, como taxa de escolaridade mais baixa, além de altas taxas de criminalidade e de violação dos direitos humanos. No Brasil, por exemplo, a mortalidade infantil em tribos atingiu 41,9 para cada mil nascimentos em 2009, aponta a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Já no restante da população, o índice foi de 19 no mesmo período. (PNUD,2011, p.187)

Segundo Bucker et al (2012), a situação de pobreza vivida pelos indígenas os tornou mais vulneráveis à exploração laboral (leia-se exploração análoga à escravidão). Para sobreviverem, eles exercem atividades na indústria canavieira ou em outros setores "modernos" do agronegócio. Atualmente, é uma realidade imposta às populações indígenas no estado de Mato Grosso do Sul (MS) como alternativa de sobrevivência. A maioria da população indígena trabalha no corte da cana-de-açúcar que é fonte da sua renda para sustento da família (BUCKER et Al,2012).

Brand (2004) afirma que os povos indígenas da etnia Guarani-Kaiowá enfrentam grandes problemas como a invasão e destruição de suas terras, desrespeito a seus costumes e cultura, expulsão e discriminação com a chegada de fazendeiros e colonos. Além disso, existem problemas antigos como a fome que aflige as comunidades indígenas e mesmo recebendo a cesta básica, não é o suficiente para garantir a sobrevivência digna. Apesar de existirem órgãos, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), responsável por defender os direitos desses povos, todas as necessidades não tem sido contempladas nas comunidades. (CASTRO,2020)

> […]" O governo está ausente nas comunidades indígenas, não temos água potável e tem gente passando fome e necessidade. Nós estamos dependendo da cesta básica, isso é ruim, porque não há estímulo para o plantio, não temos nenhuma ajuda". (CARVALHO,2020, p.2)

Um estudo realizado nas comunidades indígenas identificou que existe a fragilidade de muitos povos frente às consequências das carências alimentares e precárias condições de saneamento, entre outros determinantes (FAVARO et Al,2007).

> Assim, partindo-se do conceito de segurança alimentar, […] é fato que ela não é garantida para essa população, uma vez que, mesmo para aquelas famílias que se Auto perceberam seguras, existe ainda a possibilidade de elas estarem sendo mantidas em razão do recebimento da cesta básica de alimentos, fato perpetuador da dependência por ações emergenciais, as quais se transformam em permanentes quando mantidas por longo período. Por mais que seja considerada como uma medida eficaz de combate à fome, observa-se que os alimentos distribuídos não correspondem aos hábitos alimentares dessa população, e a quantidade de alimentos não é compatível com o tamanho médio das famílias. (FÁVARO et al,2007, p.7)

É obstáculo ainda para a população indígena obter acesso a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes e adequadas à cultura. (FÁVARO et Al,2007). Devem ser mencionados, também, os problemas que a mulheres indígenas enfrentam como discriminação baseado em gênero e etnia, cuja vulnerabilidade envolve submissão econômica, social e cultural. (ABRITTA et Al,2021)

> Ser mulher indígena é ser duplamente minoria, em virtude do gênero e da etnia. Essas questões são de extrema relevância, posto que tais fatores interferem a qualidade de vida, bem como nas taxas de morbidade e mortalidade, além do acesso aos serviços de saúde. Essa problemática é dada por questões histórica e culturais enraizada na sociedade, como no Brasil tem-se o patriarcado que designa uma formação social em que os homens são detentores do poder, enquanto as mulheres não tem autonomia sobre seu próprio corpo e sobre sua saúde. (ABRITTA et Al,2021, p.166)

A população indígena é afetada com doenças como câncer de colo que é uma das principais causa de morbimortalidade (ABRITTA et Al,2021)

> Devido à fragilidade das políticas que visam promover a saúde indígena, além das desigualdades no acesso à educação em saúde e a medidas de prevenção e rastreio, naquelas mulheres em que o câncer se estabelece, ainda podemos observar a desigualdade no acesso ao tratamento, que permeia várias barreiras, como a linguística, naquelas etnias que falam apenas a língua local então dominam idioma social de cada país; cultural, como conceito de cada comunidade sobre o processo de doença e cura; e socioeconômicos, pois muitas não têm a mínima condição de se deslocar aos centros de tratamento.(ABRITTA et Al,2021,p.172)

Quando a equipe de médicos entra na aldeia, a saúde das mulheres indígenas é alterada, pois elas começam a ser orientadas para tomarem anticoncepcional, fazer o preventivo ou seguir o pré-natal (GOMES,2023). Contudo, o atendimento médico não é necessariamente humanizado.

> "Por isso, hoje eu falo que no hospital não cuidam da gente como as parteiras cuidam. A gente chega ali, o médico examina e manda levar no pré parto; ali você fica sozinha, agonizando com a dor; de vez em quando a enfermeira vem, escuta o coração do bebê e vai embora. O médico mesmo só vem na hora em que a enfermeira o chama, que é na última hora, já para fazer o parto. E, se vê que a criança não vai nascer normal, tenta fazer o parto forçado. Em último caso, faz a cesariana, mas nisso você já sofreu demais". (GOMES,2023, p.51)

Os dados da mortalidade materna entre indígenas e não indígenas de acordo com a Organização Mundial da Saúde resultou que no ano de 2005, cerca de 536.000 mulheres morreram vítimas de complicações relacionadas ao ciclo gravídico-puerperal e apenas 15% destas eram oriundas de países desenvolvidos. (SANTOS et Al ,2017).

> Entre as indígenas brasileiras, 13,1% possuem níveis pressóricos elevados. A prevalência de HAS entre as indígenas residentes em Dourados, MS, (42%) é superior àquelas residentes na região Centro-Oeste, (17,5%). Essa alta prevalência é reflexo da transição do estilo devida dos povos indígenas aumentando assim as taxas de doenças crônicas, antes não observadas. (ABRITTA et Al,2021, p.171)

Na comunidade indígena também está presente a mortalidade infantil que precisa ser evitada.

> A TMI de indígenas Guarani habitantes de 83 aldeias do Sul e Sudeste do Brasil foi de 29,6/1000 nascidos vivos excedendo de 10-30% a TMI estimada para o Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país para os últimos dez anos. Diferente da composição da TMI para crianças brasileiras em geral, a magnitude da TMI Guarani pós-neonatal foi cinco vezes maior do que a neonatal precoce. (CARDOSO et Al,2011, p.56)

Para Oliveira et al (2006), as doenças de veiculação hídrica podem comprometer a saúde humana, deficiências e distúrbios causados pelas condições, quantidade e qualidade da água. Historicamente, existem doenças infecciosas e parasitárias nas comunidades indígenas, associadas à degradação ambiental, restrição territorial, mudanças nas relações socioeconômicas e saneamento inadequado. (BASTA et al,2012)

> Considerando a ausência de infraestrutura destinada a garantia de água potável e saneamento em muitas aldeias, além da persistência do quadro de índios infectados por doenças vinculadas a água. (COIMBRA et al, 2001, p.3)

No período de 1986 a 2001, a Coordenação Nacional de DST/HIV/Aids identificou no Brasil que existiam 52 casos entre as populações indígenas que vivem próxima a região. (FERRI et al,2011)

> Hoje, o contingente de indígenas que vivem em centros urbanos e proximidades, e que são os mais atingidos pela epidemia, encontram-se na região Centro-Oeste, em especial no Estado do Mato Grosso do Sul. Este Estado registrou o maior número de casos, sendo que as mulheres são maioria dos indivíduos infectados. Uma das peculiaridades do Estado é o fato de ele agregar o maior número de índios residentes em áreas urbanas. (FERRI et al,2011, p.211)

Também, pode-se mencionar sobre os problemas do abuso de bebida alcoólica consumido nas aldeias. Referem-se fundamentalmente a um certo descontrole sobre quem, quando e como se bebe, durante as festividades e atividades cotidianas.

> Os efeitos negativos são prioritariamente em relação às bebidas compradas nas cidades (cachaça, conhaque, vinho, cerveja, whisky), mas mesmo no consumo do caxiri há excessos considerados indesejáveis. Isto pode ocorrer durante o Turé quando a pessoa namora ou briga dentro do laku. (LABATE et al,2008, p.211)

Adiciona-se a presença da exploração sexual, as crianças, adolescentes e mulheres são vítimas de violência por causa de abusos de consumos das drogas, álcool. (FERNANDES,2013)

> A questão de uso e abuso de álcool e drogas é predominante entre jovens. Esta afirmativa baseia-se no fato do alto índice de respostas positivas quanto ao uso de drogas e álcool por este grupo. (FERNANDES,2013, p.12)

As comunidades indígenas, por razões obvias, também sofrem com eventos climáticos extremos que impactam diretamente aos valores e à reprodução cultural do grupo. A viabilidade sustentável da preservação de seus bens culturais, como a viola de cocho, a canoa de um pau só ou pantaneira é ameaçada. (COSTA et al,2021).

Nas aldeias, há muito tempo deixou-se de realizar a coleta de alimentos, extraídos da natureza, o qual era encontrado com facilidade e em abundância. Agora, há a dependência de políticas de incentivos para poder manter sua subsistência. (GOLEMBIESKI,2015)

> O novo paradigma de desenvolvimento que se coloca para estas comunidades traz muitos desafios. Não só para os Kaingang, mas para os povos indígenas como um todo, que se viram obrigados a criar alternativas de produção e consumo para sua suficiência, e de relação com os brancos para sua sobrevivência. Pois para a comunidade indígena o desenvolvimento sustentável que tem como foco o desenvolvimento econômico sem prejudicar o meio ambiente, suprindo as necessidades humanas sem esgotar os recursos naturais, apresenta-se como um aliado para uma sociedade que vivia para o seu próprio sustento. (GOLEMBIESKI,2015, p.58)

Está presente também nas comunidades indígenas doenças causadas pelos produtos químicos. Um exemplo foi como a questão de surto de doença diarreica aguda durante os XII Jogos dos Povos Indígenas realizado em Cuiabá-MT. O fator determinante foi a ingestão de alimentos contaminados responsáveis por quadros clínicos de toxinfecção compatível com os provocados pelos agentes identificados na alimentação servida. (NUNES,2016)

> No entanto as condições climáticas reinantes na região amazônica como altas temperaturas e umidade do ar elevadas favorecem a ocorrência e desenvolvimento de doenças, nas áreas agrícolas utilizadas pelos Kaxinawá de Nova Olinda e por outras etnias indígenas no Brasil pode prejudicar a produção e comprometer a qualidade dos alimentos produzidos. (SANTOS et al,2019)

Existe a necessidade de melhorar o mecanismo para o acesso e a permanência dos

povos indígenas no Ensino Superior e para a implementação, nas universidades, de propostas educativas que dialoguem com a diversidade do corpo discente e possam superar o modelo de conhecimento acadêmico hegemônico. (PALADINO,2012)

> Também se requer uma capacitação para dar conta dos desafios surgidos a partir dos processos contemporâneos de territorialização, para que os próprios indígenas possam gerir seus territórios e os projetos de Etnodesenvolvimento que neles se levam a cabo. Para tanto, demanda-se acesso a cursos de nível superior em outras áreas de conhecimento que não a da formação pedagógica, tanto nos cursos regulares das universidades públicas e privadas como em outros cursos com modalidade específica e diferenciada para indígenas, principalmente nas áreas do direito, da saúde e da gestão territorial. (PALADINO,2012, p.179)

Esses vários problemas mencionados, ainda não foram resolvidos e se agravam. É preciso haver mudanças significativas para que sejas alcançados/contemplados os ODS. A comunidade indigena sul-mato-grossense em maiores condições de pobreza, de acordo com o Censo de 2010, estava distribuída de forma mais concentrada nos municípios da porção sul-fronteira.

Quadro 2. Municípios sul-mato-grossenses com maior população indígena na pobreza

Município	**(%)**
Japorã	49,4
Paranhos	35,7
Tacurú	35,6
Miranda	25,3
Itaporã	24,4
Amambai	20,8
Coronel Sapucaia	18,4
Dois Irmãos do Burití	17,9
Caapapó	17,0
Douradina	16,1

Fonte: IBGE, 2010

Nesta tabela, mostram-se dados que coincidem com aqueles que indicam a maior concentração de pobreza e extrema pobreza no estado de Mato Grossos do Sul. Desta forma, conclui-se que os municípios com maior concentração indígena são também os que mais concentram pobreza. O município de Amambai, MS está na 6°posição com número da população indígena na pobreza

Os dados preliminares do Censo realizado em 2022[7], indicaram que a população

[7] Não foi possível contemplar a análise de dados mais atuais na presente pesquisa. Sugere-se o acesso à

indigena em MS totaliza 116.346 indivíduos. Deste total, 68.534 (aproximadamente 59%) moram em territórios indígenas e 47.812 estão fora de territórios indígenas. Em Amambai, estão 16.654 cidadãos indígenas correspondendo a aproximadamente 14% da população indígena de MS.

Em relação aos aspectos culturais atinentes à educação e religiosidade, destaca-se que a grade curricular das escolas indígenas, dentro do possível, busca valorizar os elementos nativos e reflete a luta dos povos indígenas da Aldeia Amambai contra uma educação que impõe o conhecimento ocidental como modelo universal e absoluto. Nas escolas indígenas, a matéria de Artes é voltada a arte indígena: pintura corporal, grafismos, artesanatos etc. A matéria de Língua Materna vai trabalhar a escrita, gramática textual e pesquisa.

Já em QI (Questões Indígenas), todos os assuntos relacionados ao tema podem ser trabalhados, temas que vão desde a história, política, geografia e tudo com um viés de luta por direitos e a garantia destes. A escola torna-se, aos poucos, um novo modelo educacional, mais voltado especificamente para a população que visa atender, nessa perspectiva, a busca por autonomia, reconhecimento e libertação. Uma luta para que seus direitos, especificamente o direito a ser diferente e ter uma educação diferenciada, tornem-se uma realidade. A comunidade então se mobiliza em uma mesma luta: fazer da escola uma possibilidade de transformar a realidade da aldeia.

Por outro lado, outra forma de violência e desrespeito à cultura indígena apresenta-se por meio dos ataques às casas de reza que são incendiadas. De 2014 a 2022, foram 21 (vinte e uma) casas incendiadas nos municípios do sul de MS[8]. A Kunangue Aty Guassu[9], fundada em 2006, apoia ativamente as construções das casas de medicina tradicional/casas de cura/casas de rezas em distintos *tekoha*[10] dos povos Kaiowá e Guarani em diferentes regiões no cone sul do Mato Grosso do Sul. As casas são heranças tradicionais do povo Kaiowá e Guarani: um lugar de cura, de encontros, de reuniões, de rituais sagrados e uma conexão com a ancestralidade de nosso povo. Portanto, a doutrina *karai*[11] coloniza modos de vida tradicional e a casa de reza passa a ser um lugar proibido, o discurso de ódio se expande até a queima das casas de rezas, assim como as ameaças de homicídio aos *nhanderu*

---

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37417&t=resultados. Bem como a publicação https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf

[8] O caso mais recente (setembro,2023) envolveu a morte de casal indígena (https://mst.org.br/2023/09/19/casal-de-rezadores-kaiowa-e-guarani-morrem-carbonizados-em-incendio-criminoso/).

[9] Coletivo de Mulheres Kaiowá e Guarani do Cone sul de Mato Grosso do Sul (https://www.kunangue.com/). Outro movimento importante é a Articulação dos povos indigenas do Brasil (https://apiboficial.org/sobre/).

[10] Significa aldeia guarani mas não se restringe ao lugar habitado.

[11] Intolerância religiosa.

(Homem de reza) e de feminicídio às *nhandesy* (Mulher de reza).

Esses discursos seguem sendo praticados entre as parentelas, que mesmo não sendo seguidores da pentecostal, falam bastante do feitiço como um mal vindo das casas de reza e do "render-se aos pés de Jesus Cristo" como um bem para a "salvação de sua alma": Jesus Cristo estaria voltando e as pessoas precisariam escolher entre o céu e o inferno. Dessa forma, essa mente colonizada, doutrinada, regrada pela Pentecostal Deus é amor passa a ocupar lugares de poder e decisão na comunidade, como lideranças, etc. Assim, estão estabelecidos os violadores dos direitos originários como povos nativos, que passam a violar o sagrado tradicional. A queima das casas de rezas tradicionais trouxe várias consequências assim como atingiu o coletivo – seus corpos físicos, espirituais e psicológicos, contribuindo para o extermínio da Medicina ancestral e das práticas tradicionais realizadas pelas parteiras, rezadeiras, e anciãs Kaiowá e Guarani.

4. Algumas considerações sobre a realidade da comunidade indígena da Aldeia Amambai

A terra indígena (T.I) de Amambai e sua população guarani-kaiowá busca manter as bases da economia indigena por meio de atividades que contemplam a agricultura, o artesanato e tem muito cuidado com a natureza mantendo os recursos naturais. A lógica é buscar oportunidades para melhorar as condições de vidas e que mantendo suas culturas tradicionais podem retornar no resultado positivo para eles e para o mundo todo que precisa respirar o ar puro de qualidade. Essa comunidade vive com base na premissa do respeito para com a natureza, pois sabem como utilizar a natureza de forma sustentável e isso os coloca em equilíbrio com o meio ambiente. Essa terra é resultado de um histórico de lutas e resistência, pois, apesar das dificuldades, conseguem manter suas culturas tradicionais.

Nessa reserva indígena, utiliza-se a terra como meio de produção de produtos alimentícios sustentáveis para comercializar aos próprios parentes com objetivos de conseguir uma renda e para consumo da família, bem como proteger a natureza. O objetivo é a sobrevivência. A agricultura é realizada manualmente pela maioria dos moradores desse local, e os agricultores tradicionais utilizam as ferramentas manuais para colher e plantar novamente na roça. Através da utilização da força manual na produção da agricultura, pode se dizer que a sustentabilidade está muito presente na comunidade, pois também existem muitas árvores para se utilizar como ferramentas na construção de casas de sapes, rios que são utilizados para tomar banho e pesca. As matas são preservadas por que os moradores

aprenderam dos seus pais e avós a importância de manter a natureza, e as crianças também aprendem nas escolas e em casa sobre a preservação da natureza e água.

Ribeiro (1986) menciona que os povos indígenas do Brasil buscam nas suas práticas culturais, caça e agricultura a lógica sustentável. Isso significa a preservação da terra e sobrevivência no planeta. Existe também a cultura tradicional desenvolvida pelas mulheres e alguns homens que é o artesanato feito através de própria semente das árvores plantadas nas aldeias. Essas comunidades mantém a cultura tradicional ensinada pelos pais ou avós e intergeracionalmente transferida de modo oral. Esse artesanato é utilizado nas apresentações culturais dos Guarani-Kaiowá, na comemoração dos povos indígenas e para manter sua cultura viva. Parte-se do pressuposto da importância dos povos indígenas, reconhecendo que sua cultura tradicional, seu sistema de produção e gestão sustentável constitui um valor para alcançar um mundo sem fome.

Entretanto, essa lógica de sobrevivência não tem garantido as condições mínimas de modo que a comunidade local precisa receber doação de cesta básica do governo. A cesta de alimentação tem arroz, feijão, óleo, farinha de trigo, macarrão que são básicos, mas, ajuda muito aos moradores da aldeia com o sustento da família. Além disso, a comunidade da aldeia local recebe bolsa família no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) que também dá o suporte para comprar alguns alimentos e materiais para as crianças utilizarem na escola. No ano de 2023, houve aumentou nesse benefício adicionando o valor de R$150,00 (cento e cinquenta reais) para aquelas mães que tem filhos de 0 a 6 anos ou gestante.

A comunidade da aldeia Amambai tem o suporte de algumas instituições responsáveis pelas políticas públicas específicas[12] que dão o suporte para melhoria no desenvolvimento dentro da aldeia Amambai. Portanto, pode se dizer que há pontos positivos sobre o desenvolvimento da comunidade local nessa aldeia. Além disso, há esforços na seara política local (em Amambai foi eleito um vereador indígena) o que tem viabilizado parcerias e reivindicações junto à Prefeitura Municipal. Com o apoio do Governo do Estado, estão sendo organizados projetos de criação de peixe dentro da aldeia, melhorias na iluminação pública com o objetivo de dar mais segurança aos moradores locais. Essa criação de peixe é um projeto desenvolvido com objetivo de manter peixes que é cultura tradicional e que também pode gerar renda para comunidade local.

Seraguza (2017) menciona que os peixes são alimentos reconhecidamente como fruto de processos ritualísticos.

---

[12] Fundação Nacional do Indio (FUNAI), Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

> Pra tirar peixe tem que rezar, precisa pedir pro dono dele, mas a criança num quer mais aprender, só faz que nem o branco. (Nelson). A gente fazia a reza nos rios 3 vezes antes de pescar, aí sempre tinha peixe. A reza era para eles não passar direto, eles chegavam no local da reza e parava. Se não rezar não pega, por isso nós fazia o jehovasa. A reza traz o peixe, piau, pintado, vem todos os tipos de peixe. Se não rezar não pega nem se tiver ração. […] Peixe tem a bastante, basta rezar fazendo o jehovasa, aí peixe vem mais, peixe tem dono. (Kunhã Rendyju). Quando chegava no rio bem perto já fazia a reza. Do lado da pessoa muita reza. Tinha que levar o mbaraka, cruz, chiru, aí fazia a reza bastante para vim o peixe. (Ava Rendy). A tecnologia dos índios é a reza, pois tem reza para tudo, plantio, colheita, peixe, terra, água entre outras. (Anastácio).Nós jovens, quando vamos pescar sempre pedimos permissão aos rios, aos jara, pois assim sempre temos a proteção. Quando saímos de casa para ir pescar, nossa mãe avisa para fazer o sinal de pedido, de licença. Ela também faz para nos proteger. (Marcos). Na cosmovisão dos Kaiowá, as plantas e os animais dispõem seus jara (donos), espécie de seres místicos, responsáveis por protegê-los e de cuidar de sua reprodução. Esses indígenas responsabilizam os não indígenas pelo desmatamento das florestas, o envenenamento do ar, do solo e da água, como também pelo afastamento dos jara. Segundo essa cosmovisão é necessário primeiramente pensar em como trazer o jara de volta antes de tentar recompor o ambiente. (PEREIRA, 2010, p.53)

A seguir, apresentamos algumas imagens da Aldeia Amambai que ilustram o ambiente da comunidade e sua relação com a natureza.

Figura 1. Preservação de Natureza

Fonte: Elaboração própria da pesquisadora.

Na figura 1, mostra-se através de registro da imagem a realidade da preservação de natureza na aldeia, por meio da preservação de árvores, replantio de mudas de Erva Mate a partir de parcerias da prefeitura para fins de preservação do meio ambiente.

Figura 2. Artesanato tradicional

Fonte: Elaboração própria

Na Figura 2, mostra-se o artesanato da aldeia que é feito por mulheres e alguns homens. A arte e a criatividade geram colar, pulseiras, *Mba'raka* e entre outros adornos que são comercializados no próprio local para consumidores parentes que utilizam no desfile tradicional[13].

Figura 3. Criação de peixes e o rio da aldeia

Fonte: elaboração própria

Na figura 3, ao lado esquerdo da imagem mostra se o açude para a criação de peixe na aldeia de forma sustentável que deverá ajudar a gerar uma renda e melhorar a qualidade

[13] Estes desfiles ocorrem em comemoração de datas especiais, como na véspera do Dia dos Povos Indígenas ou momentos especiais para a comunidade.

de vida para eles. Do lado direito da imagem tem-se um rio que fica localizado perto da roça onde muitos moradores utilizam para os fazeres domésticos pois a água não é contaminada.

Figura 4. Plantação de milho e Mandioca

Fonte: Elaboração própria

Na figura 4, ao lado esquerdo da imagem mostra se a realidade da agricultura na aldeia que é plantação um pouco de milho e ao lado direito é a plantação de mandioca. Essa produção tem objetivo dar sustento da família, mas que pode gerar renda também por meio da venda para os próprios parentes que são consumidores desses produtos alimentícios e até algumas pessoas da região também consomem.

Contudo, antigos e básicos problemas que esses moradores enfrentam se refere à falta de água encanada nas residências. Faltam poços na aldeia, pois existem apenas 02 (dois) poços e quando um estraga, a metade da comunidade fica sem água. Esse é um problema que as pessoas da aldeia tentam resolver faz anos e por falta de apoio de política pública, infelizmente essa dificuldade ainda é realidade recorrente. Desde o ano de 2022, o vereador “da aldeia” levou essa demanda para o prefeito da cidade com objetivo de conseguir mais poços para comunidade local, por isso essa questão ainda está em processo de resolução.

> Deste modo, o trabalho apresentado é uma contribuição, ainda que resumida, sobre a importância da escuta dos povos tradicionais sobre a tomada de decisão em relação à implementação de projetos sociais e serve como registro, o qual poderá propiciar a profundidade de futuros estudos. (SILVA et Al,2021, p.63)

Alguns avanços foram alcançados para aldeia Amambai. Como exemplo, cita-se o asfaltamento da estrada de chão no meio da aldeia, isso aconteceu por causa da comunicação entre acordos dos moradores e vereador junto com prefeito de Amambai. Também foram

adquiridos 02 (dois) tratores no ano de 2022 para viabilizar a expansão da agricultura[14], mas o problema é que esses equipamentos estragam e, por vezes, ficam parados por muito tempo por falta de conserto. Por essa causa, os agricultores mais idosos são prejudicados, pois eles dependem desse equipamento para ajudar na limpeza de roçado para plantar novamente. Alguns idosos não tem mais força física como antes para limpar o roçado manualmente, e com isso, alguns agricultores tradicionais estão sendo prejudicados. Esses são alguns problemas principais que precisam ser resolvidos.

Em relação à educação, a maioria das crianças tem acesso as aulas nas escolas. Nesse caso, pode se dizer que a comunidade tem oportunidade para estudar e depois fazer uma graduação. Portanto, essa comunidade tem bastante biodiversidade, meio ambiente protegido que precisa ser apoiado, pois eles buscam oportunidades para avançar para frente, eles têm capacidade de aprender e realizar atividades sem eliminar a cultura tradicional sustentável da economia deles e que possa retornar como algo positivo para melhoria ao desenvolvimento da comunidade.

Em relação ao preconceito, ainda existe muito julgamentos e questionamentos no meio urbano sobre a utilização, por parte dos indígenas, da tecnologia como celular, internet, Notebook e por expressar com abrangência de conhecimento adquirido e também por obter vestuário sem ser estar relacionado a cultura. A inclusão no mercado de trabalho fora da Aldeia, é registrada pela situação de que muitas vezes os membros da comunidade não recebem oportunidades iguais aos não índios. Geralmente só tem mais oportunidade de vagas para trabalhar como profissão de professores na Aldeia e trabalho na roça. Só algumas pessoas conseguem trabalhar fora da região por falta de trabalho na área formado(a) no local.

> O indígena, dando continuidade à tradição colonial, foi considerado inferior, transitório, incivilizado, fadado ao desaparecimento e, enquanto isso não ocorresse, passível da exploração por parte das doravante elites nacionais ou nacionalizadas. (KARIWA,2019, p.23)

Atualmente, a maioria dos jovens estão estudando com o objetivo de avançar o conhecimento que aprendeu na escola. Estão em busca de trazer uma resposta positiva para desenvolvimento dentro da comunidade. Existem já indígenas ocupando cargos como vereador, secretário municipal, diretor, coordenador da escola, isso demonstra como a comunidade indígena tem capacidade de aprender e trabalhar em outras áreas também, como

[14] Neumann (2006) afirma que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) participou de 17 oficinas de etnodesenvolvimento dos povos indígenas e participa da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi/MS) entre outras. E também a Embrapa manteve acordo de 20 anos com a Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre Cooperação Geral.

advogados, enfermeiros e entre outros. Falta superar o preconceito e a sociedade entender que apesar de eles serem indígenas podem também obter habilidades e atitudes para exercer outras funções profissionalmente. Apesar das dificuldades, discriminação e desigualdade, os jovens da aldeia estão saindo e ocupando espaços no meio urbano atrás dos objetivos de se qualificar como profissionais.

> Para o fato de que minorias étnicas e raciais no Brasil vivenciam situações de exclusão, marginalidade e discriminação que, em última instância, as colocam em posição de maior vulnerabilidade frente a uma série de agravos. (SANTOS et al,2018, p.131)

A comunidade da aldeia Amambai está enfrentando ainda dificuldades de seus direitos sobre a demarcação de terras. E 2022, os Guarani-Kaiowá viveram tensão de guerra entre eles e fazendeiros para demarcar a terra na aldeia, pois essa demarcação ocorreu por conta que fazendeiros estavam ocupando terras que pertenciam a aldeia historicamente. Kariwa (2019) afirma que a demarcação de terras faz com que exista um lugar para morar os outros indígenas transformando um território menos hostil.

> A política de criação de reservas e a colonização do território eliminaram, evidentemente, o acesso livre a áreas de caça, coleta e pesca, bem como impôs mudanças drásticas das técnicas agrícolas utilizadas pelos povos indígenas em questão. Se, de fato, até como sinal de resistência, jamais tenham abandonado completamente a caça, a pesca e a coleta, essas atividades se tornaram cada vez mais difíceis e vedadas pelos proprietários rurais. Ademais, a destruição ambiental provocada pela expansão da agropecuária inviabilizou que os Kaiowá e Guarani mantivessem tais atividades nos moldes tradicionais antigos, com isso tem-se mudanças não apenas na territorialidade, mas também em seus hábitos alimentares e a imposição de um quase que permanente estado de insegurança alimentar (CAVALCANTE, 2013, p.35)

Portanto, a luta dos povos indígenas Guarani-Kaiowá para demarcação de terra ainda está em processo. Para eles, o significado de terra é muito importante para existir mais espaço para plantar, viver e principalmente criar suas famílias, pois a população em forma geral está crescendo e eles precisam mais lugares para viverem de forma sustentável.

> O estado de Mato Grosso do Sul, na atualidade, é palco de intensos conflitos agrários envolvendo indígenas (especialmente Kaiowá e Guarani) que reivindicam o direito de ocuparem seus territórios tradicionais essenciais à sua sobrevivência e, conforme Brand (1997), essenciais, também, à reprodução de seu “modo-de-ser” tradicional. Sabemos que isso é resultado do violento processo de aldeamento dos indígenas em reservas que não estão comportando o crescimento demográfico da população. (TROQUEZ,2018, p.56)

Durante o acontecimento de guerras na demarcação de terras, algumas pessoas da comunidade da aldeia Amambai perderam sua vida por se manifestarem. E pode se mencionar também que alguns jovens se suicidaram por que não aguentam essa situação de

tantas lutas e guerras que existe em relação a essa demarcação. Em relação os direitos da demarcação de terras, essa lei tinha sido aprovada na constituição de 1988 através da mobilização dos povos indígenas.

> As mobilizações dos povos indígenas em torno dos debates para a elaboração da Constituição de 1988 e as conquistas dos direitos indígenas fixados na lei maior do país possibilitaram a garantia dos direitos (demarcação das terras, saúde e educação diferenciadas e específicas etc.), para que a sociedade em geral (re)descobrisse os indígenas. (SILVA,2007, p.215)

É através dessas mobilizações que se percebe a comunidade da aldeia Amambai (e tanto de outras aldeias) buscando a efetividade dos seus direitos e que precisa ser compreendido. Através do relatado de observação acima, pode se compreender que na comunidade da aldeia Amambai existe a potencialidade da sustentabilidade para contribuir nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Contudo, ainda se vivencia muitas fragilidades, mas que está em busca de solução e oportunidade para obter suporte para resolver os problemas no desenvolvimento na aldeia. Os ODS podem e devem ser aplicados para a comunidade local conseguir solucionar a dificuldade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante compreender a realidade das comunidades indígenas quando se pensa em proposta para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul. É a partir da compreensão sobre essa realidade, a sustentabilidade de qualquer que seja a proposta de desenvolvimento estará sendo garantida. Nessa perspectiva, essa pesquisa teve o objetivo de promover o diálogo entre o Desenvolvimento Sustentável e a economia Indígena.

A abordagem do desenvolvimento sustentável a partir dos ODS 2030 e da natureza indígena é importante uma vez que a realidade das comunidades indígenas do país e da aldeia Amambai requer compreensão dos elementos sistêmicos da vida nas Aldeias que é ancestralmente sustentável: possuem a sabedoria da vida em equilíbrio com o meio ambiente. A terra, ou as pequenas porções dela, foi um resultado de lutas e resistência, pois ali eles conseguem manter suas culturas tradicionais. Utiliza-se a terra como meio de produção de produtos alimentícios sustentáveis para comercializar aos próprios parentes com objetivos de conseguir uma renda e para consumo da família, proteger a natureza. O objetivo é a sobrevivência.

A agricultura é realizada manualmente pela maioria dos moradores desse local, e os agricultores tradicionais utilizam as ferramentas manuais para colher e plantar novamente na roça. Através da utilização manual na produção da agricultura, pode se dizer que a

sustentabilidade está muito presente na comunidade, pois também existem muitas árvores para se utilizar como ferramentas na construção de casas de sapes, rios que são utilizados para tomar banho e pesca. As matas são preservadas por que os moradores aprenderam dos seus pais e avós a importância de manter a natureza para utilizar depois, e as crianças também aprendem nas escolas sobre a preservação da natureza e água.

A realidade descrita e que audaciosamente denominamos de a (in) sustentabilidade das comunidades indígenas se multiplicam perante os velhos e novos desafios presentes no século XXI. Espera-se que as reflexões apresentadas tenham a capacidade de chamar a atenção para as dificuldades e potencialidades da realidade indígena. Ou seja, tornar a comunidade indígena visível e parte central no processo de uma nova perspectiva coletiva e ecológica. E ainda, que a pauta indigena esteja presente no meio acadêmico das Ciências Sociais Aplicadas.

Referências

ABRITTA, M.L.R et Al. Saúde das mulheres indígenas na América latina: revisão integrativa. Revisão Brasileira da Saúde Funcional, v.1 n.1, 2021. Disponível em: https://ds.saudeindigenas.icict.fiocruz.br. Consulta em set.2022

ACOSTA, A. O Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

AZEVEDO, L. A educação escolar e agenciamento indígenas no vale do Tocantins-Araguaia. Revista Docência e Cibercultura. V.7, n.3, p.184-202. Disponível em ://e-publicacoes.uerj.br. Consulta em set.2023.

BASTA, P. C et al. Perfil epidemiológico dos povos indígenas no Brasil: notas sobre agravos selecionados. Saúde Indígena: Uma introdução ao tema. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Unesco, 2012. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br. Consulta em set.2022

BELLUZZO, R.C.B. Competência em informação (CoInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. Folha de Rosto, 4.1: 15-24,2018. Disponível em://brapci.inf.br.Consulta em out.2022

BENITES, K. Análise da realidade socioeconômica da Aldeia Amambai/MS pela perspectiva etnodesenvolvimentista. Revista de Iniciação Científica VERUM, v. 2, p. 40-54, 2022. Disponível em: https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeiniciacaocientifica/article/view/369.

BRAND, A.C. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. Revista Tellus. Campo Grande-MS, UCDB, ano 4, n. 6, abril. 2004. Disponível em://www.tellus.ucdb.br. Consulta em dez.2022

BRASIL. Dispõe sobre responsabilidades na prestação de atenção a saúde dos povos indígenas, no Ministério da saúde e regulamentação dos Incentivos de Atenção Básica e Especializada aos Povos indígenas 2.656 de 17 de outubro de 2007. Disponível em <http: //dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2007/GM/G-2656.htm>.Acesso em:28 de jan.2023

BRASIL. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2.ed. Brasilia:FUNASA,2002. Disponível em://bvsm.saude.gov.br. Consulta em Jan.2023

BRASIL. Transformando o nosso mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em ://www.mds.gov.br. Consulta em fev.2023

BUARQUE, S.C. Construído o desenvolvimento local sustentável. Rio de janeiro: Garamond, 4°ed., 2008.

BUCKER, M.B et al. A força de trabalho indígena da Aldeia Amambai na Indústria sucroalcooleira em Mato Grosso do Sul (2010 – 2011). Albuquerque: Revista de História, Campo Grande, MS, v. 4 n. 7 p. 185-212, jan./jun.2012. Disponível em: https://periodicos.ufms.br.Consulta em fev.2023

BUSS, P. Implementação da Agenda 2030 e dos ODS- Perspectivas no Brasil. Perspectivas no Brasil | Perspectivas no Brasil | CEE FIOCRUZ, saúde e sustentabilidade. 2017. Disponível em://www.arca.fiocruz.br. Consulta em abr.2023

CARDOSO A.M et al. Mortality among Guarani Indians in Southern and Southern Brazil. Cad. Saúde Pública.; 27 Supl 2: S222-36. 2011.

CARVALHO.I. Com avanço da covid-19 nas aldeias, Guarani-Kaiowá apelam por sobrevivência. Oficio,28 de jun. de 2020. Disponível em: https://ds.saudeindigenas.icict.fiocruz.br.Consulta em abr.2023

CASTRO.R. PSOL pede que MPF recomende ações urgente de combate à fome e ao avanço da COVID-19 entre Indígena. Ofício,11 de jun. de 2020. Disponível em: https://ds.saudeindigenas.icict.fiocruz.br.Consulta em mai.2023.

CAVALCANTE, V.L.T. Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis-SP.2013. Disponível em://repositório.unesp.br. Consulta em maio.2023

COIMBRA. J et al. Perfil Epidemiológico da População Indígena no Brasil: Considerações Gerais. Documento de Trabalho no. 3, Porto Velho. 40 p. 2001.Disponivel em:https://ds.saudeindigenas.icict.fiocruz.br. Consulta em jun.2023

COSTA.M. A et al. Mudanças climáticas e patrimônio cultural de povos indígenas e comunidades tradicionais no Pantanal. Assis, SP, v. 17, n. 2, p. 103-123, julho-dezembro de 2021. Disponível em:https://pem.assis.unesp.br. Consulta em jun.2023

DIEHL, E, E.; SCOPEL, R, P, D.; SCOPEL, D. Vulnerabilidade e sustentabilidade: Saneamento em áreas indígenas a partir de uma abordagem interdisciplinar. Congresso Abes, 2017. Disponível em:https: saneamento básico.com.br. Consulta em jul.2023

FÁVARO.T et al. Segurança alimentar em famílias indígenas terena, Mato Grosso do Sul, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, n. 4, p. 785-793, 2007. Disponível em: https://scielosp.org. Consulta em jul.2023

FERNANDES.C.M. Violências contra crianças e adolescentes indígenas Pataxó e Tupinambá no sul da Bahia. Mestre em Ciências Sociais – Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2013. Disponível em: https://academia.edu. Consulta em set.2023

FERRI, E. K et al. Doenças sexualmente transmissíveis e Aids entre indígenas do Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul de 2001 a 2005. Saúde Coletiva, 8(47), 7-12.2011. Disponível em:https://redalyc.org. Consulta em set.2023.

FLICK, Uwe. Introdução à Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE (FUNASA). Projeto de vigilância e controle de doenças (vigisus III) plano dos povos indígenas (IPP). Brasil, Ministério da Saúde-MS, maio de 2010. Disponível em:https://www.funasa.gov.br. Consulta em set.2023.

GOLEMBIESKI.C. Política social e povos indígenas: Um Estudo de Caso do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Ipuaçu – SC. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco,2015.

GOMES, I.R.A importância dos cuidados na gravidez, parto e Pós-parto das mulheres guarani Kaiowá da terra indígena Pirakua, Mato Grosso do Sul. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação e Territorialidade da Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufgd.edu.br.Consulta em set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indígenas/indígenas_censo.pdf>. Acesso em: set.2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/000000084731 04122012315727483985.pdf . Consulta em: set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Os indígenas no Censo Demográfico 2022. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-indigenas.pdf. Consulta em out.2023

INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA (IPEA). Agenda 2030 – ODS – Metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: 2019. Disponível em:

https://repositório.ipea.gov.br. Consulta em set.2023

INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA (IPEA). Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Política Pública. Instituto de pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, IPEA,2009. Disponível em:// www.ipea.gov.br. Consulta em set.2023

JUNIOR, V, L.; ARAÚJO, F, R.; PEQUENO, N, F.; SOUZA, V, J.; CALAZANS, D, L, M, S.; Integrando a extensão universitária ao ensino e à pesquisa em administração: sistematização de experiência junto a indígenas à luz dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Administração: Ensino e Pesquisa. Set-dez, 2019.Disponivel em: https://redalyc.org. Consulta em set.2023

KARIWA, T. Reserva Indígena de Dourados Histórias e Desafios Contemporâneos. Publicação apoiada pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. São Leopoldo: Dourados, 2019.

KUNANGUE Aty GUASSU. Intolerância religiosa, racismo religiosa e casa de rezas Kaiowá e Guarani queimadas. Observatório Kunangue Aty Guassu. Disponível em https://apiboficial.org. Consulta em out.2023.

LABATE.B.C et al. Drogas e cultura: novas perspectivas. Universidade Federal da Bahia. EDUFBA, Salvador, 2008.

LUCIANO, G.S. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje/economia indígena, Cap.6, p.188.-Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional,2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA. DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA (DSEI) DE MATO GROSSO DO SUL. Relatório Situacional do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena do Mato Grosso do Mato Grosso do Sul,2023. Disponível em:// pesquisa.in.gov.br. Consulta em out.2023

MONDARDO, I. Geografia indígenas e territórios ancestrais. Revista tocantinense de geografia -UFGD- Doutorados- Mato Grosso do Sul – Brasil, v.12, n.26, jan-abr/2023.

NEUMANN.E. Presença indígena na Guerra dos Farrapos: primeiras observações. Anais-XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH (2006). Disponível em://anpuh.org.br. Consulta em out.2023

NUNES.D.M et al. Surto de doença transmitida por alimento em evento de massa de populações indígenas em Cuiabá, Mato Grosso, 2013.Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 25(1):195-202, jan-abr 2016.

OLIVEIRA, E.J.A et al. Água – Bem maior da Humanidade. Revista Eletrônica de Contabilidade Curso de Ciências Contábeis, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2006.

PALADINO.M. Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior. Práxis Educativa, v. 7, n. 03, p. 175-195, 2012. Disponível em://educa.fcc.org.br. Consulta em out.2023.

PEREIRA, L. M. Demarcação de terras Kaiowá e guarani: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. Tellus, Campo Grande, MS, ano 10, n. 18, p. 115-37, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: https://pnud.org.br. Acesso em: 6 fev. 2011.

QUINELLI, L.; OKADO, C, G, H. Megatendências Mundiais 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS): Uma reflexão preliminar sobre a "nova agenda" das Nações Unidas. Artigos, Goiânia, v.2, n.2, p.109-110, jul./dez 2016. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br. Consulta em out. 2023

RIBEIRO, M. América Latina: a pátria grande. Rio de Janeiro: Guanabara.La Población de América Latina. Madrid: Alianza,1986.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de janeiro, Garamond,2002.

SACRAMENTO, E.C. Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas-BA. 1.ed. Curitiba: Appris, 2021.

SANTOS, R.S et al. Pragas e doenças da terra indígena Kaxinawá de Nova Olinda e práticas agroecologias de controle. Conservação e tecnologias para o desenvolvimento agrícola e florestal no Acre. Rio Branco, AC: IFAC, p. 293-335, 2019. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br. Consulta em out.2023

SANTOS, D.R et al. Mortalidade materna na população indígena e não indígena no Pará: contribuição para a vigilância de óbitos. Pará, Pesquisa/Research,2018.

SANTOS, R.V.; COIMBRA.C.E.A. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. Rio de Janeiro, Artigo Article, 2020.

SEN.A. Desenvolvimento como liberdade. Editora Companhia das letras. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

SERAGUZA, L. Do fluxo do sangue aos cortes da vida em reserva: sangue, ritual e intervenção entre as mulheres Kaiowá e Guarani em MS. Tellus, Campo Grande, MS, 17, n. 33, p. 139-62, 2017. Disponível em: https:// gpec.ucdb.br. Consulta em out.2023.

SILVA, A.P. Desenvolvimento e Segurança Alimentar: algumas considerações sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas). Ponta Porã, UEMS: 2021.

SILVA, N.LS. Estudo da Sustentabilidade e de indicadores de desenvolvimento rural. Tese (Doutorado em ciências Agrárias) - Universidade Estadual de Maringá, 2007. Disponível em:https://www.livrosgratis.com.br.Consulta em out.2023.

SILVA, B.P.A et al. Desenvolvimento e saúde: a sustentabilidade em foco. Revista de estudos interdisciplinares. v.5, n.2, mar.-abr.2023. Disponível em: https://revistas.ceeinter.com.br. Consulta em out.2023

SILVA, F.A.S. Povo macuxi: Relatos culturais e políticos da comunidade indígena central, Uiramutã-RR. Revista Tocantinense de Geografia-online, v.12, n.26, jan-abr/2023. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br. Consulta em out.2023

SILVA, M.W et al. Os peixes e o bem viver: reflexões na terra indígena Panambizinho do povo Kaiowá. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. Tellus, Campo Grande, MS, ano 21, n. 45, p. 37-69, maio/ago, 2021.

SOARES, L.R. Etnodesenvolvimento e a inserção de populações indígenas em arranjos produtivos locais. Escola nacional de administração pública. Brasília-DF, junho/2018.

STARCK, G.; BRAGATO, F.F.O impacto da tese do marco temporal nos processos judiciais que discutem direitos possessório indígenas. Revista direitos sociais e políticas públicas (UNIFAFIBE) VOL. 8, N. 1, 2019. Disponível em:https://scholar.google.com.br. Consulta em out.2023.

TROQUEZ, M.C.C. Reserva Indígena de Dourados (1917-2017): Composição Multiétnica, Apropriações Culturais e Desafios da Subsistência. Publicação apoiada pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD (Edital PROPP nº 19 de 24 de junho de 2018). Dourados, São Leopoldo: Karywa, 2019.